

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 14/2020, em que é recorrente **Adelcides de Nascimento Fernandes Tavares** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 95/2023

*(Autos de Recurso de Amparo 14/2020, Adelcides Nascimento Fernandes Tavares v. STJ, Indeferimento de Arguição de Nulidade do Acórdão n.º 66/2023 por Manifesta Falta de Fundamentos Legais)*

### I. Relatório

1. O Senhor Adelcides Nascimento Fernandes Tavares, depois de, no dia 10 de maio de 2023, pelas 15:34, ter sido notificado do *Acórdão n.º 66/2023, 5 de maio*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio de 2023, pp. 1288-1289, no dia seguinte, às 13:16, protocolou junto à Secretaria reclamação desse acórdão, arguindo a sua nulidade, nos termos dos artigos 577, número 1, alíneas b) e d), 580 e 586 do Código de Processo Civil, justificando-a com uma narrativa resumida da seguinte forma:

1.1. Na sequência da apresentação de alguns trechos do acórdão do Tribunal Constitucional relacionados com a causa de rejeição de sua peça de aperfeiçoamento por intempestividade, começa a debruçar-se sobre a modalidade dos prazos processuais, considerando que no caso se estaria perante um prazo perentório e não dilatatório;

1.2. Mas que, mesmo assim, ao abrigo do número 4 do artigo 138 do CPC, independentemente de justo impedimento, o ato processual ainda podia ser praticado no terceiro dia útil subsequente ao termo do prazo, ficando, porém, a sua validade dependente de pagamento imediato de uma multa;

1.3. Considera que ao consagrar tal solução o legislador teve em devida conta várias vicissitudes que podem decorrer de um processo, a fim de dar devida guarida ao princípio

da justiça, assegurando o acesso à justiça em tempo célere, por meios razoáveis e equitativos;

1.4. Defende que o princípio de acesso à justiça é um direito fundamental de todos os cidadãos e que neste sentido as decisões devem ser aplicadas de acordo com a lei, sob pena de se violar a Constituição e os princípios nela consignados;

1.5. Pelo que, considerando a aplicação subsidiária das normas estabelecidas no CPC nos termos do artigo 1 da Lei do Amparo, suplica a aplicabilidade do artigo 139º número 3 [será número 4 do artigo 138??] do Código de Processo Civil, a fim de dar cobertura legal à admissão do recurso de amparo impetrado;

1.6. Recorre a jurisprudência portuguesa e ao preâmbulo da lei de alteração do Código de Processo Civil para justificar essas ideias;

1.7. Assevera que o Acórdão que reclama viola o disposto nos números 2, 4 e 6 do artigo 22 e o princípio da legalidade estatuído nos números 2 e 3 todos da Constituição da República;

1.8. Pelo que o arquivamento do recurso não seria nada mais nada menos que a denegação da justiça, bem como o não conhecimento das questões de fundo no âmbito do amparo que solicitou no que tange aos direitos fundamentais violados.

2. Pede que seja:

2.1. Revogado o Acórdão nº 66/2023, de 05 de maio, por violação do disposto nos artigos 138, número 4, e 179 do Código de Processo Civil, aplicável *ex vi* o artigo 1º da Lei de Amparo e *Habeas Data*, conjugados com o artigo 3º, números 2 e 3, 22, números 2, 4, 6, da Constituição da República, dando prosseguimento ao Recurso de Amparo conforme aperfeiçoado e enviado no dia 20 de abril, de 2023.

2.2. Nomeado Juiz Assistente, reparados os seus direitos fundamentais, nomeadamente o direito fundamental a igualdade, violado pelo Conselho Superior de Magistratura Judicial e não apreciado pelo Supremo Tribunal de Justiça nos Acórdãos 71/2019 e 06/2022, o direito de acesso a cargo público nos termos artigo 26 da CRCV, seja aplicado o princípio da legalidade nos termos do artigo 3, número 3, seja aplicado o

princípio da autonomia regulamentar, do direito à igualdade e sejam reparados os direitos fundamentais mencionados, lesados pelo Conselho Superior de Magistratura Judicial, e pelo Supremo Tribunal de Justiça, de aceder a carreira de Magistrado Judicial e aplicabilidade do 12.º n.º 1 e do artigo 15.º do Regulamento do Concurso para o preenchimento da vaga de 07 (Sete) a 10 (Dez) Juízes Assistentes.

2.3. Como medida de amparo requer que seja admitido e nomeado para o estágio como Juiz Assistente, nos termos do artigo 12, número 1, e 15, do Regulamento do Concurso, em obediência aos direitos fundamentais supra-identificados, concedendo-se ao signatário o mesmo tratamento, nos seus precisos termos, dado aos candidatos com notas inferiores e nomeados Juízes de 3º Classe;

2.4. Consequentemente, ele deveria ser nomeado juiz-assistente, com efeitos retroativos à data da nomeação dos candidatos com notas inferiores até a efetiva nomeação provisória, para efeito de estágio probatório.

3. A peça foi distribuída no dia 11 de maio de 2023 ao JCR.

3.1. Este, depois de analisar a questão, no dia seguinte, proferiu despacho de marcação de conferência para se apreciar o pedido para o dia 8 de junho,

3.2. Data em que efetivamente se realizou e em que se adotou a decisão acompanhada da fundamentação que se articula em seguida.

## **II. Fundamentação**

1. Não é novidade que a Corte Constitucional admite a existência de incidentes pós-decisórios das suas decisões quando estão em causa interesses subjetivos. Entretanto, existem condições que se devem verificar para que o pedido possa ser conhecido, e que serão afloradas adiante.

2. Os critérios para a admissibilidade de incidentes pós-decisórios, também os de arguição de nulidade, têm sido cada vez mais densificados pela Corte Constitucional. Assim, tem estabelecido balizas específicas – decorrentes da natureza especial do processo constitucional e da suscetibilidade de se fazer um uso abusivo dessa espécie de

reação processual – que devem ser respeitadas sob pena de indeferimento liminar ou de não conhecimento dos pedidos.

2.1. Têm muita importância nesta matéria as decisões já tiradas sobre a questão (*Acórdão 02/2017, de 15 de fevereiro*, Rel: JC Aristides R. Lima, *PSD v. CNE*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 10, de 27 de 6 fevereiro de 2019, pp. 265-266; *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, pp. 493-499; *Acórdão 10/2019, de 11 de abril, J.B. Delgado v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, pp. 519-521; *Acórdão 11/2019, de 28 de fevereiro, E.B. Whanon Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, pp. 521-523; *Acórdão 19/2019, de 11 de abril, Obire v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 46, de 24 de abril de 2019, pp. 838-839; *Acórdão 47/2020, de 29 de outubro, Saab v. STJ*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, de 12 de janeiro de 2021, pp. 88-90, *Acórdão 5/2022, de 10 de fevereiro, Alex Saab v. STJ*, Red: JCP Pinto Semedo; JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, de 16 de setembro de 2021, pp. 346-34; *Acórdão 4/2023, de 18 de janeiro, Vanda Nobre de Oliveira v. 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 688-689; *Acórdão 5/2023, de 18 de janeiro, Pedro Rogério v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 689-690, *Acórdão 6/2023, de 18 de janeiro, Sebastião Ribeiro e Vanda Nobre de Oliveira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 690-691, *Acórdão 7/2023, de 18 de janeiro, António Ferreira v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 691-693).

2.2. Portanto, é hoje inegável a possibilidade de impugnação das decisões do Tribunal nos seus diversos processos por via de incidentes pós-decisórios e não poucas vezes conheceu de pedidos de arguição de nulidade de suas decisões, mediante o recurso ao Código de Processo Civil, designadamente aos artigos 629, 644, 575 a 579, por remissão da legislação que lhe é aplicável.

2.3. Têm sido comuns as que envolvem as causas de nulidade do artigo 577 do Código de Processo Civil, nomeadamente as que se referem à alínea a) (*Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, Alex Saab v. STJ, Referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 5.1.1); à alínea b) (*Acórdão 40/2022, de 31 de outubro, Ramiro Oliveira v. Juíza Desembargadora do TRB, Pedido de Nulidade do Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, por não especificação dos fundamentos de facto e de direito que justificam a decisão*, Rel: JC Pina Delgado); à alínea c) (*Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, Alex Saab v. STJ, Referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo; 6.2.3; 6.5; 6.6), e, diversas vezes, à alínea d) (*Acórdão 09/2018, de 3 de maio, Rel. JC Pina Delgado, INPS v. Presidente do STJ, Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, 4; *Acórdão 36/2021, de 30 de julho, Alex Saab v. STJ, Arguição de Nulidade do Acórdão 30/2021, de 29 de junho, sobre solicitação de cumprimento de pedido de adoção de medidas provisórias dirigido ao Estado de Cabo Verde pelo Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas, por alegadamente o Tribunal Constitucional ter conhecido de questão que não devia conhecer e por o Tribunal ter alegadamente deixado de se pronunciar sobre questão que devia*, Rel. JC Pina Delgado, 4-5; *Acórdão 38/2021, de 30 de julho, Alex Saab v. STJ, Arguição de Nulidade do Acórdão 37/2021, de 9 de agosto, referente a despachos do Juiz-Relator de admissão da intervenção processual do Ministério Público como interveniente contrainteressado no processo principal e de admissão de junção de nota diplomática e mandado remetidos pelo Ministério Público, por ter conhecido de questão de que não podia tomar conhecimento*, Rel. JC Pina Delgado, 2; *Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, Alex Saab v. STJ, Referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 6.2.2; 6.3.2; 6.4; 6.6.), seja porque se imputou aos seus arestos omissão de pronúncia, seja porque se alegou vício de excesso de pronúncia. Até já apreciou incidentes a envolver causa de nulidade exposta por outras disposições legais, nomeadamente nos artigos 629/630 do CPC (acórdão lavrado contra o vencido) (*Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, Alex Saab v. STJ, Referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30*

*de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 5.2.1-5.2.2).

2.4. Todavia, o Tribunal sempre deixou claro que a aplicação desses preceitos deve sempre ser feita com as devidas adaptações e na medida em que sejam compatíveis com a natureza do processo constitucional, que sempre comporta também uma dimensão objetiva. Por essa razão, o conhecimento desse tipo de incidente deve ser norteado pelo cumprimento de certas condições gerais – de competência, legitimidade e tempestividade – e, dependendo do tipo de processo e de incidente, como ficou esclarecido logo no *Acórdão 9/2018, de 3 de maio, INPS v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, de 6 de junho, pp. 856-869, de certas condições especiais de conhecimento, nomeadamente quando não tenham fundamentação bastante, tenham propósitos meramente protelatórios ou sejam manifestamente inviáveis. Portanto, a arguição da nulidade deve ser devidamente fundamentada e enquadrada no artigo 577 do CPC ou em qualquer outra norma legal que preveja uma causa especial de nulidade de decisão judicial aplicável ao processo constitucional. Não basta por exemplo indicar uma alínea do artigo 577, pois o recorrente precisaria também fundamentar como é que a decisão do Tribunal Constitucional é nula por violação da mesma.

3. No tocante a essas condições, desde logo dão-se por preenchidas as que se traduzem na competência e na legitimidade, por razões evidentes, e de tempestividade, porque tendo vinte e quatro horas para reagir e, tendo sido notificado da decisão do Tribunal no dia 10 de maio pelas 15:34, o recorrente reclamou no dia seguinte às 13:16, portanto antes do termo do prazo.

3.1. No caso concreto, o recorrente fundamenta o seu pedido de arguição de nulidade nas alíneas b) e d) do número 1 do artigo 577 e nos artigos 580 e 586 todos do CPC. Por um lado, porque o acórdão reclamado não terá especificado os fundamentos de facto e de direito que justificam a decisão e, por outro, porque o Tribunal não se terá pronunciado sobre questão que devia ter apreciado ou conhecido questão de que não podia ter tomado conhecimento. Tais fundamentos só podem, em abstrato, ser acolhidos, na medida em que se alega haver nulidade de um acórdão e não de uma sentença, em virtude dos artigos 629 e 644 do CPC, aplicáveis aos acórdãos do Tribunal Constitucional, por

via do artigo 1º da Lei do Amparo e do *Habeas Data* e do artigo 75 da sua Lei de Organização, Funcionamento e Processo.

Pelo exposto, é obrigação do recorrente construir a sua argumentação no sentido de demonstrar a falta de especificação de fundamentos que justificam a decisão e a questão que o Tribunal devia conhecer, mas não apreciou, ou a questão que conheceu, mas não podia ter conhecido. O que, todavia, ele pura e simplesmente não faz.

3.2. Quanto à primeira situação é ele próprio que transcreve trechos do Acórdão do Tribunal que contém elementos de facto e de direito que justificam a decisão prolatada, nomeadamente o facto de o recorrente ter dado entrada à sua peça de aperfeiçoamento depois do prazo de dois dias fixado pela Lei do Amparo e do *Habeas Data*. O recorrente pode até não concordar com este argumento, como demonstrou através da tese que articula sobre o prazo em questão, ou até dizer que ele é insuficiente; todavia, nem a discordância com a decisão, nem a insuficiência de sua fundamentação, são razões legalmente justificantes de pedidos de declaração de nulidade nos termos da legislação aplicável.

3.2.1. O que ele impugna é o facto de o Tribunal Constitucional não ter aplicado o número 4 do artigo 138 do CPC, como ele acha que devia, permitindo, dessa forma, que tivesse praticado o ato (dado entrada à sua peça de aperfeiçoamento) até ao terceiro dia útil subsequente ao termo do prazo, o que considera ser conforme com o princípio de acesso à justiça. Todavia, a não aplicação de uma norma jurídica, a má aplicação de dispositivos legais que integram um determinado regime jurídico ou mesmo o erro na interpretação ou subsunção de normas a factos, não constituem fundamento para arguição de nulidade de decisões judiciais, no quadro de um sistema que, como regra, não as contempla, e que se limita a prever situações de nulidade de sentença ou acórdão com um carácter mais formal, estrutural e lógico.

3.2.2. No caso, o que a argumentação do recorrente parece querer articular é a existência de um erro de julgamento, caso se entenda, como ele fundamentou, que o Tribunal devesse aplicar o número 4 do artigo 138 do CPC, no sentido de que ao não proceder dessa forma, estaria a fazer interpretação incorreta de normas legais aplicáveis, conscientemente ou por lapso. Entretanto, conforme decorre da discussão promovida no ponto 4, para além do facto de que as suas teses são desprovidas de mérito, o erro de

juízo não é fundamento para a arguição de nulidade de decisões judiciais. No máximo, pode fundamentar a interposição de pedido de reforma de decisão judicial, no sentido de o órgão que a proferiu a reformular de acordo com a interpretação correta das disposições normativas aplicáveis. Todavia, no ordenamento jurídico cabo-verdiano, é muito discutível que esse tipo concreto de erro fosse admissível e conduzisse a deferimento de pedido de reforma do acórdão do Tribunal. Primeiro, porque limita o pedido às situações em que exista um julgamento juridicamente injusto por lapso manifesto do juiz (ou do tribunal) que não considerou determinados elementos, o que afasta desde logo a situação em que o juiz ou o tribunal, ainda que injustamente, decide de determinada forma porque acredita piamente que aquela é a melhor aplicação dos dispositivos aplicáveis; e, segundo, somente nos casos em que constem do processo documentos que só por si impliquem decisão diversa da proferida pelo juiz ou tribunal (a este respeito é elucidativo o que ficou consignado no *Acórdão 45/2022, de 19 de novembro, PSD v. CNE, Pedido de Reforma do Acórdão 32/2022, de 4 de agosto, por não consideração de documento autuado que determinaria decisão diversa da proferida*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 73-82). Por último, porque fora esses casos somente é possível reforma da sentença ou acórdão quanto a custas e multa. Tudo nos termos dos artigos 578 e 629 do CPC.

3.2.3. Portanto, em Cabo Verde, não se inclui entre as causas de nulidade de decisão judicial suposto erro na interpretação por lapso manifesto do juiz ou do tribunal enquanto fundamento para pedido de reforma de sentença ou de acórdão por mera divergência quanto à interpretação de um preceito ou quanto à definição do direito aplicável. Assim, se não parece haver lugar sequer a pedido de reforma de decisão judicial, muito menos o terá a arguição de nulidade por erro na determinação da norma correta aplicável ou na qualificação jurídica correta dos factos, por lapso manifesto do juiz ou do tribunal.

3.2.4. Mas, ainda que assim não fosse, teria que ser necessariamente o recorrente a escolher devidamente o meio processual adequado para fazer valer a sua pretensão. Não é o Tribunal que fará isso por ele, especialmente no âmbito do recurso de amparo cuja natureza é pessoalíssima. Não o tendo feito, deverá arcar com as consequências que daí advêm, designadamente aquela segundo a qual a escolha de meio processual inadequado não suspende nem interrompe a prática do ato devido, pelo que também não impede o trânsito em julgado da decisão recorrida ou reclamada. Razão pela qual a interposição de



pedido de arguição de nulidade ao invés de pedido de reforma do acórdão reclamado é da inteira responsabilidade do recorrente.

3.3. Quanto ao segundo em momento nenhum de sua peça o recorrente trás à colação qualquer questão que o Tribunal não conheceu, mas devia ou que conheceu, mas não devia, pelo que liminarmente este fundamento para a arguição da nulidade não procede, a menos que esteja a se referir à própria questão de fundo do recurso.

3.3.1. Porém, isso não faz sentido nenhum, porquanto o Tribunal não pode exercer jurisdição para decidir o mérito de uma questão quando esta não é admissível pelo facto de o próprio recorrente não ter cumprido as condições que assegurariam que ela fosse cognoscível.

3.3.2. E por culpa própria, por não ter tido o cuidado de proteger a viabilidade das suas pretensões, cumprindo devidamente os prazos previstos pela lei. O Tribunal pronunciou-se devidamente sobre a admissibilidade do recurso, adotando decisão que prejudicava a aferição do mérito das alegações.

4. De resto, a peça contempla um conjunto de imputações de violação de direitos ao acórdão desafiado, lançando um anátema sobre a forma como o Tribunal Constitucional interpretou o próprio regime de prazos.

4.1. Contudo, ainda que o ordenamento jurídico cabo-verdiano admitisse reforma de acórdão por erro na interpretação e aplicação de normas jurídicas e na qualificação de factos jurídicos e o Tribunal pudesse converter o pedido de arguição de nulidade do recorrente em pedido de reforma do acórdão reclamado, não haveriam argumentos para o deferimento do pedido, pois o argumento que utilizou para a contagem e determinação do *dies ad quem* do prazo para a apresentação da peça de aperfeiçoamento e de outros prazos no decurso de processos constitucionais se enquadra dentro de um processo argumentativo consciente e consolidado desta Corte Constitucional.

4.2. Com efeito, desde o *Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, Pedido de Desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 27, de 16 de maio de 2017, pp. 659-668, 3.1.2, o Tribunal tem chamado a atenção que a aplicação subsidiária das normas do Código de Processo Civil aos processos constitucionais deve sempre ter em devida consideração a natureza objetiva desse tipo de

processo e as características específicas de cada meio de tutela constitucional. Deixando claro que a partir do momento em que tais normas se afastam desse parâmetro, a sua aplicação deve também ser reponderada.

4.2.1. O que considerou ter acontecido com a norma constante do número 4 do artigo 138 do CPC. De acordo com a jurisprudência que havia desenvolvido antes da entrada em vigor do diploma que veio alterar essa norma de um dia útil subsequente para três dias úteis subsequentes ao termo do prazo, tinha deixado registado de forma clara que não havia nenhum empecilho em aplicá-la, pois a mesma seria de conteúdo compatível com a natureza de qualquer processo constitucional, determinando que “[...] esta solução da processualística civil nacional é perfeitamente compatível com a natureza do processo constitucional, no seio do qual, por motivos ainda mais fortes, a necessidade de se fazer a justiça material predomina, ainda que não anule, como é evidente, o formalismo processual normal” (*Acórdão nº 7/2018, de 29 de março, Joaquim Monteiro v. STJ, sobre recusa de concessão de subvenção de campanha eleitoral decorrente de aplicação de norma inconstitucional*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 505-530, 5).

4.2.2. Ver a este respeito as decisões tiradas por meio do *Acórdão 21/2016, de 16 de setembro, UCID v. AAG-SV*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 59, 14 de outubro de 2016, pp. 1986-1994, 2, e do *Acórdão 22/2016, de 16 de setembro, Alcides Graça v. AAG-SV*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 59, 14 de outubro de 2016, pp. 1995-2007, 2.1.4., *Acórdão nº 55/2020, de 23 de dezembro, LSCP v. AAG-Praia, sobre distribuição de mandatos a candidaturas que não tenha obtido representação por aplicação exclusiva do Método de Hondt para efeitos de garantir maior representatividade social e legitimidade*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, pp. 554-560, 3.1.3. e *Acórdão nº 13/2021, de 29 de março, MPD v. CNE, sobre antecipação ilícita de propaganda eleitoral gráfica*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 31 de maio de 2021, pp. 1817-1826, 2.3.3, em que o Tribunal Constitucional aplicou esta tese para, excecionalmente permitir o acesso.

4.2.3. Todavia, em nenhum momento se socorreu dessa tese para alargar um prazo posterior à interposição do recurso, nomeadamente para corrigir insuficiências de peças de recurso, sobretudo de amparo em que os recorrentes têm um prazo mais do que

generoso de vinte dias, contados como prazo judicial, sem considerar sábados, domingos, feriados e dias em que concede tolerância de ponto, para se apresentar uma tese sucinta com um resumo de factos e do direito aplicável e em que, no essencial, se identificam condutas potencialmente lesivas de direitos, indicam-se parâmetros constitucionais putativamente violados e expõe-se os remédios que se pretende obter.

4.2.4. No caso concreto, o recorrente optou por decalcar uma peça de um recurso de impugnação de ato administrativo, prolixa, de leitura pouco amigável, com detalhes absolutamente irrelevantes para o que se podia impugnar nesta fase, e sem indicar devidamente os elementos estruturantes de qualquer peça de amparo. Quando, no prazo de vinte dias, poderia ter construído uma peça adequada a um recurso de amparo desde o início, evitando se submeter ao prazo legal expressamente previsto pela Lei do Amparo para a prática desse ato processual, que ainda assim seria suficiente para se corrigir as deficiências identificadas.

4.3. Seja como for, com a alteração do Código de Processo Civil, convertendo o prazo suplementar de um dia num prazo de três dias, nas primeiras decisões em que teve a oportunidade de se pronunciar sobre essa questão, o Tribunal Constitucional confrontou-se com a adequação da aplicação desse novo prazo aos processos classificados pela lei ou até pela Constituição como urgentes.

4.3.1. Discutiu-a, imediatamente, em relação aos contenciosos eleitorais, considerando que a norma, conforme os novos termos, seria incompatível com qualquer processo constitucional que exige celeridade, mormente o eleitoral (ver *Acórdão n.º 32/2022, de 4 de agosto, PSD v. CNE, sobre dever de pagamento de subvenções eleitorais por decurso de prazo decisório da CNE*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 29-36, 4.3.2., e *Acórdão n.º 35/2022, de 5 de agosto, Joaquim Jaime Monteiro v. CNE, sobre impugnação da deliberação da CNE de 10 de dezembro de 2021 que, por considerar não demonstrada a legalidade das receitas e despesas declaradas pela candidatura do Candidato Joaquim Jaime Monteiro às eleições presidenciais de 2016 e irregulares as contas apresentadas, não concedeu a subvenção estatal prevista pelo artigo 124 do Código Eleitoral*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1955-1962, 2.2.2.).

4.3.2. Concretamente, quanto ao recurso de amparo, o Tribunal Constitucional admitiu um incidente pós-decisório, interposto fora do prazo de vinte e quatro horas, em virtude de uma expectativa que havia criado no então recorrente sobre a possibilidade de se admitir o recurso vinte e quatro horas após o termo do prazo por aplicação do número 4 do artigo 138, mas deixou consignado de forma cristalina que dessa data em diante tal tolerância não subsistiria. Disse claramente “[a]dmite-se a trâmite a presente arguição de nulidade, mas fica o registo de que a celeridade que caracteriza os processos constitucionais e o facto de o incidente pós-decisório se reconduzir a um ato intraprocessual que se segue à decisão de não admissão, não justifica que, futuramente, seja concedido um prazo suplementar de mais vinte e quatro horas sobre o tempo fixado nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da Lei do Amparo” (*Acórdão nº 7/2023, de 18 de janeiro, António Ferreira v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 691-693, 2.2.).

4.3.3. O recurso de amparo é um recurso notoriamente urgente e célere, como imposto pela Constituição, que, no seu artigo 20, parágrafo primeiro, alínea b) dita que “o recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento dever ser baseado no princípio da sumariedade”. Assim, a extensão do prazo para aperfeiçoamento ou qualquer outro em mais três dias não é e não pode ser compatível com a natureza do recurso de amparo. Imagine-se só se o Tribunal se deixasse atrair pela tese do recorrente da aplicação generalizada do artigo 138, parágrafo quarto, do CPC. Seriam mais três dias para interpor o recurso de amparo, mais três dias para o aperfeiçoar, mais três dias para pedir esclarecimento, mais três dias para arguir nulidade. Perante a imposição de celeridade do recurso de amparo, que resulta diretamente do artigo 20 da Constituição, tal interpretação não faria o mínimo sentido, até porque chegar-se-ia ao paradoxo de o prazo suplementar da prática de um ato ser superior ao prazo legal de correção de peças e do prazo em que a decisão de não-admissão transita em julgado.

4.3.4. Assim, pela sua incompatibilidade com a natureza célere do recurso de amparo e de outros processos constitucionais urgentes, não se afigura autorizado o recurso supletivo à norma do número 4 do artigo 138 do CPC.

4.3.5. E mesmo que fosse permitido, a norma que foi indicada pelo recorrente com base fundacional de toda a sua inconformação, é absolutamente clara quando faz depender a validade da prática do ato ao pagamento imediato de uma multa de montante igual a

25% da taxa de justiça que seria devida a final do processo ou parte do processo. Do que decorre que, ao contrário do que quer sugerir o recorrente, não é o Tribunal que condena o recorrente a pagar a multa; é este que a paga imediatamente considerando a data da prática do ato, sob pena de invalidade do mesmo. Mesmo que fosse de se aceitar a tese sobre a aplicabilidade dessa disposição aos processos constitucionais classificados pela Constituição ou pela lei como céleres, neste caso tal prática seria inválida, nos termos da lei.

5. Para sufragar a sua tese apresenta a autoridade de dois tribunais comuns portugueses, o que denota uma dupla-alienação da sua própria realidade.

5.1. Primeiro, para resolver uma questão de processo constitucional que tem as suas particularidades arrola argumentos alegadamente pronunciados por órgãos judiciais ordinários, os quais, pela sua natureza e funções, recorrem a uma hermenêutica própria, a qual raramente se projeta sobre os tribunais especiais, como, de resto, este Coletivo já havia salientado (*Acórdão 27/2017, de 14 de dezembro, Fiscalização Abstrata Sucessiva da Constitucionalidade, tendo por objeto as normas contidas na Lei n.º 5/IX/2016, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017 e a deliberação que aprovou a Ordem do Dia para a Sessão Ordinária da Assembleia Nacional de 21 a 24 de novembro de 2016*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 82, 29 de dezembro de 2017, pp. 1785-1819, 2.5; *Parecer 2/2018, de 27 de junho, relativa à Lei de autorização legislativa para alteração do Código de Empresas Comerciais e autonomização de um Código de Sociedades Comerciais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 44, 2 de julho de 2018, pp. 1141-1156, 3.1).

5.2. Segundo, e mais grave ainda, busca-a em decisões de tribunais estrangeiros ao abrigo da proverbial e gasta ideia de que estariam a interpretar normas “semelhantes” às nossas, mas, confortavelmente para o recorrente, “reduzidas na sua extensão”.

5.3. Ou seja, ao invés de acompanhar o direito interno e, como qualquer pessoa precavida que litiga perante um Tribunal superior, verificar previamente a forma como este interpreta as normas que aplica, prefere recorrer à estratégia de garimpar bases de dados estrangeiras para encontrar alguma doutrina conveniente para impressionar os juízes. O escapismo hermenêutico é tamanho que nem coloca a possibilidade de estar a importar interpretações provenientes de um sistema jurídico – o português – que nem

sequer contempla o recurso de amparo, e do risco que tais incursões projetam sobre as suas pretensões.

5.4. Se, ao invés de prestar atenção a jurisprudência estrangeira inaplicável que, inocuamente, traz para convencer o Tribunal, acompanhasse as orientações desta Corte – religiosamente publicadas no jornal oficial da República e disponibilizadas no sítio do Tribunal quase em tempo real – quanto à interpretação das normas de processo constitucional que aplica, talvez pudesse evitar o fatídico destino do seu recurso de amparo. Quanto a isso, nada há a fazer. A escolha é de cada um. O Tribunal limitar-se-á a aplicar a lei nacional da forma como a interpreta, isto é, de acordo com os cânones específicos da hermenêutica constitucional.

### **III. Decisão**

Pelas razões expostas, os Juízes do Tribunal Constitucional indeferem o incidente de arguição de nulidade do *Acórdão nº 66/2023, de 5 de maio*, por não estar em causa qualquer causa de nulidade de acórdão, definida nos termos da legislação aplicável.

Registe, notifique e publique.

Praia, 13 de junho de 2023

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 13 de junho de 2023.

O Secretário,

*João Borges*